

A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES PARA A INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Beatriz Reis Oliveira¹

Antoniele Silvana de Melo Souza²

Resumo

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo geral compreender como a formação dos professores podem ajudar na inclusão dos alunos com Transtorno do Espectro Autista. Para que alcançar este objetivo foram definidos como objetivos específicos: refletir sobre as concepções do Transtorno do Espectro Autista (TEA) por meio da legislação; identificar as dificuldades e desafios desses professores diante do contexto escolar; analisar as percepções dos professores sobre o impacto da prática docente no desenvolvimento aluno com Transtorno do Espectro Autista. A questão norteadora que guiou a pesquisa foi: qual o atual estado de formação de professores na rede municipal em relação à inclusão de alunos com TEA? A metodologia utilizada neste artigo trata-se de caráter qualitativa, realizada de estudos bibliográficos, pela revisão de artigos sobre o tema. A pesquisa justifica-se pela relevância da formação adequada de professores para a efetivação da inclusão escolar de alunos com deficiência, especialmente aqueles com TEA, sendo fundamental para a promoção de uma educação inclusiva e de qualidade para todos. O interesse pelo tema surgiu a partir da vivência com um aluno com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) durante a participação no Programa Institucional de Iniciação à Docência (PIID), e se fortaleceu com os relatos de colegas sobre o trabalho com crianças autistas. Apesar que haja as políticas públicas e avanços nos estudos sobre o TEA, ainda existem lacunas significativas na formação inicial e continuada, ocorrendo um impacto na efetivação das práticas pedagógicas inclusivas. Conclui-se que existe a necessidade de investimentos na capacitação docente, bem como no fortalecimento do diálogo entre escola, família e demais profissionais da educação para garantir o pleno desenvolvimento dos alunos com TEA.

Palavras-chave: Inclusão escolar; Transtorno do Espectro Autista; Formação docente; Prática pedagógica; Educação inclusiva.

Abstract

This undergraduate thesis aims to understand how teacher training can contribute to the inclusion of students with Autism Spectrum Disorder (ASD). To achieve this, the following specific objectives were established: to reflect on the conceptions of ASD through legislation; to identify the difficulties and challenges faced by teachers in the school context; to analyze teachers' perceptions of the impact of teaching practices on the development of students with ASD. The guiding question of the research was: what is the current state of teacher training in the municipal network concerning the inclusion of students with ASD? The methodology

¹ Graduando em Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Estadual do Piauí. Campus Jesualdo Cavalcanti. E-mail: beatrizroaluno@cte.uespi.br

² Orientadora: Doutora em Educação/Área: Formação de Professores, Universidade Estadual do Piauí. Campus Jesualdo Cavalcanti, antonelesouza@cte.uespi.br

employed in this study is qualitative, based on bibliographic studies through a review of articles on the topic. The research is justified by the relevance of adequate teacher training for the effective inclusion of students with disabilities, especially those with ASD, being fundamental for promoting inclusive and quality education for all. The interest in the topic arose from the experience with a student with Attention Deficit Hyperactivity Disorder (ADHD) during participation in the Institutional Program for Teaching Initiation (PIID), and was strengthened by colleagues' reports about working with autistic children. Despite the existence of public policies and advances in studies on ASD, significant gaps still exist in the initial and ongoing training of teachers, impacting the implementation of inclusive teaching practices. It is concluded that there is a need for investment in teacher training, as well as strengthening the dialogue between school, family, and other education professionals to ensure the full development of students with ASD.

Keywords: School inclusion, Autism Spectrum Disorder (ASD), Teacher training, Pedagogical practice, Inclusive education.

Introdução

A inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) trata-se de um tema de bastante relevância na educação atual, marcada pela busca de uma educação que alcance dimensões igualitárias e mais justa ao que se refere a dignidade e cidadania. No Brasil, as políticas educacionais têm tentado assegurar que todos os alunos independentes de suas dificuldades, consigam ter acesso a uma educação de qualidade. A Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/2015 e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) são importantes legislações nas quais apoiam o direito a inclusão e a demanda de adaptações no ambiente escolar para que atenda às necessidades acadêmicas dos alunos com TEA.

A inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista vem sendo um desafio para o sistema educacional, logo as escolas e professores muitas vezes não estão preparados para inclusão dessas pessoas com deficiência. A formação eficiente de professores é crucial para garantir a inclusão dessas pessoas, pois irá garantir uma educação mais inclusiva e equitativa. Os professores são os mediadores e tem um papel importante na formação acadêmica, social e emocional desses alunos com TEA.

Esta pesquisa procurou compreender como a formação dos professores podem ajudar na inclusão dos alunos com Transtorno do Espectro Autista. Para alcançar este objetivo é necessário através desta temática investigar as lacunas presentes na formação docente desses profissionais, compreender como funciona o trabalho desses professores. Para alcançarmos essa o entendimento sobre a temática foi necessário refletir sobre as concepções do Transtorno do Espectro Autista (TEA) por meio da legislação; identificar as dificuldades e

desafios desses professores diante do contexto escolar; analisar as percepções dos professores sobre o impacto da prática docente no desenvolvimento aluno com Transtorno do Espectro Autista.

A questão norteadora para o estudo foi: Qual o atual estado de formação de professores na rede municipal em relação à inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista? Assim, a pesquisa justifica-se pela relevância da formação adequada de professores para inclusão escolar de alunos com deficiência, fundamentada na necessidade de promover uma educação inclusiva e de qualidade para todos os alunos, independentemente de suas necessidades e diferenças. Este estudo nasceu da experiência com um aluno com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade, no Programa Institucional de Iniciação a Docência (PIID), entretanto através dos relatos de experiência dos colegas sobre o trabalho com crianças autistas, decide trabalhar com o tema voltado a alunos com TEA.

A metodologia utilizada neste artigo trata-se do caráter qualitativo, realizada de estudos bibliográficos, pela revisão de artigos sobre o tema. O procedimento utilizado foi uma revisão sistemática descritiva na qual temos um questionamento preponderante com base em artigos científicos com foco no tema estudado. Em suma, a inclusão escolar de alunos com deficiência favorece apenas os alunos, mas também todo o ambiente escolar como um todo. A partir desta é possível adquirir o respeito à diversidade, promover a empatia e preparar as pessoas para viverem em uma sociedade inclusiva.

O presente estudo possui abordagem de caráter qualitativa, caracterizado na análise, mas profunda sobre o tema, a partir de uma interpretação de conteúdos acadêmicos e científicos em periódicos. Foi realizada uma revisão bibliográfica, pela seleção e análise de resumos de artigos sobre o tema de forma preliminar. De acordo Souza, Oliveira e Alves (2021, p. 66):

A pesquisa bibliográfica é o levantamento ou revisão de obras publicadas sobre a teoria que irá direcionar o trabalho científico o que necessita uma dedicação, estudo e análise pelo pesquisador que irá executar o trabalho científico e tem como objetivo reunir e analisar textos publicados, para apoiar o trabalho científico.

Foi realizada uma revisão sistemática descritiva, na qual possui o objetivo de responder uma pergunta através da síntese de estudos científicos já publicados. A seleção dos artigos ocorreu com base em critérios específicos, como a relevância para o objeto de estudo, a qualidade metodológica e a pertinência do tema estudado.

Este artigo está estruturado em três seções, a primeira seção refletir as concepções sobre o Transtorno do Espectro Autista, nesta seção apresenta-se um panorama conceitual e histórico sobre o TEA, destacando suas características, os diferentes níveis de comprometimento que caracterizam esse transtorno do neurodesenvolvimento. Em seguida, discute-se o amparo legal às pessoas com TEA no Brasil, por meio da análise de legislações específicas, como a Lei Berenice Piana e a Lei Romeo Mion, que visam assegurar direitos e promover a inclusão. Na segunda seção, dedica-se à análise dos principais as dificuldades e desafios dos professores encontradas no contexto escolar, investigando quais são as dificuldades descritas por esses profissionais, como a falta de formação docente, estrutura inadequada das escolas, ausência de apoio especializado e comunicação ineficaz entre família e escola.

A terceira seção, trata-se refletir acerca da percepção dos professores sobre o impacto da prática docente com alunos com TEA, esta seção trata do impacto da prática docente no desenvolvimento de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA). O texto destaca a importância da formação inicial e continuada dos professores, a necessidade de capacitação para lidar com a diversidade e atender às necessidades específicas dos alunos com TEA. A seção também enfatiza que o professor é o principal agente da inclusão escolar, devendo atuar com sensibilidade, empatia e práticas pedagógicas diversificadas.

1. TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA)

O Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) caracteriza-se como um distúrbio do neurodesenvolvimento com múltiplos fatores de origem, podendo resultar em incapacidades significativas. Suas principais características englobam desafios na interação social, na comunicação verbal e não verbal, bem como padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades. Segundo o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (APA, 2014, p.31), apresenta “cedo no desenvolvimento, em geral antes da criança ingressar na escola, sendo caracterizado por déficits no desenvolvimento que acarretam prejuízos no funcionamento pessoal, social, acadêmico ou profissional”. O TEA frequentemente é diagnosticado em meninos do que nas meninas, algumas manifestações são notadas antes dos 3 anos.

O Transtorno do Espectro Autista manifesta-se nos primeiros anos vida proveniente de causas ainda desconhecidas, mas com grande contribuição de fatores genéticos. trata-se de uma síndrome complexa que pode haver diagnósticos médicos abarcando quadros comportamentais diferentes. Tem em seus sintomas incertezas que dificultam, muitas vezes, um diagnóstico precoce (Cunha, 2014, p.19).

Para Cavaco (2014, p.45) [] ... “Devemos realçar que, ainda hoje, ninguém sabe dizer ao certo e de forma indiscutível, o que é o Autismo”. Conforme Cruz (2022, p. 14) “o autismo é um distúrbio neurológico, que compromete a interação social, apresentando um déficit de comunicação verbal e não verbal, com comportamento ritualístico e estereotípias”. Segundo o DSM-5, “o transtorno do espectro autista é a consideração diagnóstica primária para indivíduos que apresentam déficits na comunicação social.” (APA, 2014, p. 49).

De acordo com Oliveira (2020, p.1) “etimologicamente falando, autismo vem da palavra de origem grega "autos" cujo significado é "próprio ou de si mesmo", sendo caracterizado como um distúrbio neurológico que surge ainda na infância, causando atrasos no desenvolvimento (na aprendizagem e na interação social) da criança.” O autismo não abrange causa definida, algumas características marcantes são tendência ao isolamento, ausência de movimentos antecipatórios dificuldades na comunicação. Conforme Oliveira (2020):

O TEA pode vir acompanhado de outros distúrbios, como depressão, epilepsia e hiperatividade. Apresenta-se em graus variados, desde os mais severos (em que a pessoa não fala, não olha, não mostra interesse algum no outro) até os mais leves, chamado de alto funcionamento (falam, são capazes de acompanhar estudo normal, desenvolver-se em uma profissão, criar vínculos com outras pessoas). (Oliveira, 2020, p. 1).

O Transtorno do Espectro do Autismo (TEA), como é conhecido atualmente, é uma condição neuropsiquiátrica que influencia o desenvolvimento da comunicação, interação social e comportamento. O TEA é considerado um "espectro" devido à sua ampla gama de manifestações clínicas e níveis de gravidade, os quais variam de pessoa para pessoa (Borgo, 2023). Desde 2013, o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) o caracteriza com vários aspectos e sintomas diferenciados que podem afetar crianças em fase de desenvolvimento, com isso, o TEA é dividido em três níveis de acordo seus variados aspectos e sintomas, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Níveis de Autismo segundo o DSM

| Nível de Gravidade | Comunicação Social | Comportamentos Restritos e Respetivos |
|---------------------------|---|---|
| Nível 1: Leve | Prejuízos intensos na capacidade de comunicação social verbal e não verbal; | Inflexibilidade de comportamentos; Dificuldade severa para lidar |

| | | |
|--------------------------|---|---|
| | Dificuldades severas em dar início a interações sociais; | com mudanças e ações restritas ou repetitivas; |
| Nível 2: Moderado | Sérias dificuldades nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal; Prejuízos sociais notáveis mesmo com auxílio; | Relutância em lidar com mudanças e ações repetitivas e restritas frequentes; Sofrimento para mudar o foco ou ações. |
| Nível 3: Severo | Complicações para iniciar interações sociais e respostas incomuns ou inexistentes a aberturas das pessoas; Pouco interesse por interações sociais. | Dificuldade em trocar de atividade: Problemas de organização e planejamento, que interferem na conquista da independência. |

Fonte: DSM (2013) elaborado pela autora (2024).

Segundo o autor Bosa (2002, apud Santos, 2022):

[...] o autismo é uma síndrome intrigante porque desafia nosso conhecimento sobre a natureza humana. Compreender o autismo é abrir caminhos para o entendimento do nosso próprio desenvolvimento. Estudar autismo é ter nas mãos um “laboratório natural” de onde se vislumbra o impacto da privação das relações recíprocas desde cedo na vida. Conviver com o autismo é abdicar de uma só forma de ver o mundo - aquela que nos foi oportunizada desde a infância. É pensar de formas múltiplas e alternativas sem, contudo, perder o compromisso com a ciência (e a consciência!) - Com a ética. É percorrer caminhos nem sempre equipados com um mapa nas mãos, é falar e ouvir uma outra linguagem, é criar oportunidades de troca e espaço para os nossos saberes e ignorância (BOSA, 2002, apud Santos, p.37).

Organização Mundial da Saúde divulgou a classificação CIID-10, na qual são definidos alguns critérios para a caracterização do autismo. Segundo o autor Fonseca (2015, esses critérios possibilitam ajudar a orientar as pessoas a buscarem exames clínicos, em que facilitam um diagnóstico precoce:

- A) LESÃO MARCANTE NA INTERAÇÃO SOCIAL RECÍPROCA, MANIFESTADA POR PELO MENOS TRÊS DOS PRÓXIMOS CINCO ITENS:
1. Dificuldade em usar adequadamente o contato ocular, expressão facial, gestos e postura corporal para lidar com a interação social.
 2. Dificuldade no desenvolvimento de relações de companheirismo.

3. Raramente procura conforto ou afeição em outras pessoas em tempos de tensão ou ansiedade, e/ou oferece conforto ou afeição a outras pessoas que apresentem ansiedade ou infelicidade.

4. Ausência de compartilhamento de satisfação com relação a ter prazer com a felicidade de outras pessoas e/ou de procura espontânea em compartilhar suas próprias satisfações através de envolvimento com outras pessoas.

5. Falta de reciprocidade social e emocional.

B) MARCANTE LESÃO NA COMUNICAÇÃO:

1. Ausência de uso social de quaisquer habilidades de linguagem existentes.

2. Diminuição de ações imaginativas e de imitação social.

3. Pouca sincronia e ausência de reciprocidade em diálogos.

4. Pouca flexibilidade na expressão de linguagem e relativa falta de criatividade e imaginação em processos mentais.

5. Ausência de resposta emocional a ações verbais e não-verbais de outras pessoas.

6. Pouca utilização das variações na cadência ou ênfase para refletir a modulação comunicativa.

7. Ausência de gestos para enfatizar ou facilitar a compreensão na comunicação oral.

C) PADRÕES RESTRITOS, REPETITIVOS E ESTEREOTIPADOS DE COMPORTAMENTO, INTERESSES E ATIVIDADES, MANIFESTADOS POR PELO MENOS DOIS DOS PRÓXIMOS SEIS ITENS:

1. Obsessão por padrões estereotipados e restritos de interesse.

2. Apego específico a objetos incomuns.

3. Fidelidade aparentemente compulsiva a rotinas ou rituais não funcionais específicos.

4. Hábitos motores estereotipados e repetitivos.

5. Obsessão por elementos não funcionais ou objetos parciais do material de recreação.

6. Ansiedade com relação a mudanças em pequenos detalhes não funcionais do ambiente.

D) ANORMALIDADES DE DESENVOLVIMENTO DEVEM TER SIDO NOTADAS NOS PRIMEIROS TRÊS ANOS PARA QUE O DIAGNÓSTICO SEJA FEITO. (CID-10, 1993, apud FONSECA, 2015, p.26).

O termo “autismo” foi introduzido pelo psiquiatra Plouller no ano de 1906, enquanto estudava pacientes com demência. Entretanto, em 1908 o psiquiatra suíço Eugen Bleuler popularizou o termo, descrevendo este como comportamento observado em pacientes esquizofrênicos. No ano de 1943, Leo Kanner reformulou a terminologia, denominando-a de “Distúrbio Autístico do Contato Afetivo”, onde desassociou da esquizofrenia e começou a tratar como síndrome comportamental. Suas características listadas seriam perturbações nas relações afetivas, solidão e inabilidade no uso da linguagem. Na contemporaneidade o termo utilizado é Transtorno do Espectro Autista (TEA), pois reflete extensão da singularidade e níveis nos quais o transtorno abrange. Gomes (2015) aborda:

O termo “espectro” foi utilizado para indicara heterogeneidade da manifestação e do grau de acometimento dos sintomas. Isso significa que uma pessoa com autismo pode ser bem diferente de outra pessoa com autismo e que há uma variedade no perfil das pessoas afetadas. Pensando em extremos, pode-se ter uma pessoa com autismo muito comprometida, com dificuldades graves de interação social, que não fala, que apresenta muitas alterações comportamentais e déficits cognitivos significativos, assim como outra pessoa com autismo com sintomas tão brandos, que fala, lê, escreve, interage bem socialmente, que um olhar leigo pode não perceber que a pessoa tem autismo. Essa variedade no perfil das pessoas com autismo tem

que ser considerada quando se analisa o ensino de habilidades complexas, como é o caso do ensino de leitura (Gomes,2015, p21).

De acordo com a lei 12.764, de 27 de dezembro de 2012, o autismo pode ser definido como:

§ 1º. Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com Transtorno do Espectro Autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma dos seguintes incisos I ou II:

I – Deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II – Padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos. (BRASIL,2012).

Nos anos mais recentes, tem havido um aumento nas frequências relatadas do transtorno do espectro autista na população, com estimativas semelhantes em amostras de crianças e adultos. Ainda não está claro se essas taxas mais altas refletem a expansão dos critérios diagnósticos para incluir casos sutis, uma maior conscientização, diferenças na metodologia dos estudos ou um aumento real na frequência do transtorno (DSM, 2013, p.55). De acordo com Costa (2017):

Uma desordem neurológica que afeta a capacidade do indivíduo e se comunicar ou estabelecer relações com as pessoas e o ambiente apresentando restrições por atividades, além de abranger sintomas complexos que variam de indivíduo para indivíduo, necessita ser diagnosticado na mais tenra idade, haja vista, que o tratamento precoce pode influenciar no avanço do desenvolvimento da pessoa com deficiência. (COSTA, 2017, p.34).

Em 2017, a Organização Mundial das Nações Unidas criou o dia Mundial da Conscientização do Autismo, que se comemora no dia 2 de abril, em que possui como objetivo aumentar a consciência sobre o Transtorno do Espectro Autista, estimular a inclusão social e combater o preconceito. Essa data busca orientar as características do autismo, estimulando a procura por um diagnóstico precoce, a procura por um tratamento adequado e a garantia pelos direitos dessas pessoas com TEA e suas famílias.

1.1. Legislação de Amparo ao Autista

Embora a Constituição Federal (BRASIL, 1988) considerar a educação um direito social inquestionável e universal a todos, o processo de inclusão ainda apresenta deficiências

significativas em relação à qualidade e efetividade, mesmo que existam avanços alcançados, infelizmente, a educação inclusiva está longe de sua plenitude. A acessibilidade é inadequada para receber alunos deficientes, professores não tem capacitação específica, os recursos materiais são insuficientes, salas superlotadas e transportes sem adaptação são alguns exemplos dos desafios a serem superados nessa modalidade de educação (LIMA; DAVID e MENDES, 2024).

Com esses desafios, as políticas públicas erguem-se como instrumento norteador da materialização dos direitos fundamentais de alunos com necessidades especiais, contribuindo para que possam exercer sua cidadania de forma plena e preparando-os para o mercado de trabalho (PAMPLONA et al., 2020). Por meio disso o Estado tem papel preponderante em promover políticas públicas capazes de incluírem de forma efetiva alunos deficientes no ambiente educacional, prezando pelo respeito às suas individualidades “de modo a reconhecer e valorizar as diferenças, sem discriminar os estudantes, nem os segregar” (MANTOAN, 2006, citado por LIMA; DAVID; MENDES, 2024).

Tangendo as políticas públicas voltadas aos estudantes com TEA, podemos mencionar a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, Lei Nº 12.764, de 2012 (BRASIL, 2012), conhecida como “Lei Berenice Piana”, o Decreto Nº 8.368/2014 (BRASIL, 2014), e a Lei Nº 13.977/2020 (BRASIL, 2020), no Quadro 2, é apresentado um resumo dessas legislações.

Quadro 2 – Quadro resumo Legislações do TEA

| LEI 12.764/ 2012 | DECRETO 8. 368/2014 | LEI 13. 977/2020 |
|---|---|---|
| Lei Berenice Piana | Decreto que regulamentou a Lei 12.764/2012 | Lei Romeo Mion |
| Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. | Define a Pessoa com Transtorno do Espectro Autista como pessoa com deficiência. | Institui a Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea). |

Fonte: Brasil (2012, 2014, 2020).

De acordo estudos as crianças autistas precisam ter contato com outras crianças, logo este contato contribui no seu desenvolvimento. "A separação dos indivíduos com autismo de um ambiente normal contribui para agravar os seus sintomas. As crianças com autismo têm

necessidades especiais, mas devem ser educadas com as mínimas restrições possíveis" (Gómez; Terán, 2014, p. 543).

2. Inclusão de alunos com TEA desafios e dificuldades no contexto escolar

No contexto escolar, a inclusão de alunos com TEA no regime regular embora os avanços nas pesquisas, encara alguns desafios e dificuldades. Os professores devem estar em preparação cotidianamente para lidar com tais desafios e dificuldades, através de uma boa prática docente os alunos iram conseguir um bom desenvolvimento, além de promover inclusão. O primeiro desafio nesse contexto é a falta de formação adequada para esses educadores lidarem com esses alunos autistas. Muitos desses professores não recebem as informações e treinamento necessários para lidar com essas pessoas, a falta de conhecimento em relação as características e estratégias pedagógicas, pode resultar na dificuldade de oferecer um ambiente inclusivo.

Não há como falar em inclusão sem mencionar o papel do professor. É necessário que ele tenha condições de trabalhar com a inclusão e na inclusão. Será infrutífero para o educador aprender sobre dificuldades de aprendizagem e modos de intervenção psicopedagógica se não conseguir incluir o aluno. E como fazer a inclusão? Primeiro, sem rótulos e, depois, com ações de qualidade [...] (CUNHA, 2017, p. 101).

Outro obstáculo é a estrutura física e o ambiente escolar, logo sala de aulas superlotadas, excesso de estímulos visuais, sala de aulas barulhentas dificulta a concentração e aprendizagem desses alunos. Outro fator é a falta de assistência, como por exemplo sala de recursos multifuncionais, materiais adaptados e profissionais de apoio.

Não podemos pensar em inclusão escolar, sem pensarmos em ambiente inclusivo. Inclusivo não somente em razão dos recursos pedagógicos, mas também pelas qualidades humanas [...]. Os alunos necessitam encontrar na estrutura do ambiente a acolhida natural que estabelece uma disciplina espontânea, que não subjuga o espírito do homem, mas prepara-o para o aprendizado. Muitos chegam com a vida familiar conturbada. Ativos ou desconcentrados, abatidos ou alegres precisam ser cativados pelo espaço escolar [...]. (CUNHA, 2017, p. 100).

A falta de comunicação entre a família e a escola representa uma dificuldade no processo de inclusão, muitos pais têm uma boa relação com os educadores, entretanto a situações o onde o diálogo é bastante limitado e pouco eficaz. Outro ponto é que muitos pais

não aceitam o diagnóstico ou não vão atrás de profissionais para obter este diagnóstico dificultando o desenvolvimento e o aprendizado.

É importante que a escola e a família caminhem sempre juntas, com objetivos comuns, pois não adianta a escola fazer todo um trabalho de intervenção buscando que aquela criança se desenvolva, conquiste sua autonomia para, ao retornar a sua casa, a família desfça esse trabalho. A casa deve ser um ambiente onde possa acontecer a continuação do tratamento, como por exemplo, na questão da autonomia. (NASCIMENTO, 2017, p.23-24).

A falta de apoio especializado abrange outro desafio encontrado pelos educadores para esse processo de inclusão. Leivas (2020, p. 35) aborda que “a falta de profissionais especializados, como psicopedagogos e terapeutas ocupacionais, em muitas escolas impede que os professores implementem práticas pedagógicas adequadas, limitando as oportunidades de inclusão plena”.

A inclusão é um caminho longo, pois muitas vezes as escolas não estão preparadas para receber alunos com autismo. Para Cunha (2012): “As escolas não estão preparadas para receber esses alunos com necessidades educacionais especiais, pois falta uma reformulação de critérios para avaliação e uma equipe bem treinada, de forma que possa ser desempenhado um trabalho adequado com esses alunos.” Além disso muitas vezes ocorre a falta de conhecimento por parte dos profissionais ao não conseguir identificar uma criança autista, especialmente se for um nível leve, agravando assim um bom atendimento para ele.

A escola recebe uma criança com dificuldades em se relacionar, seguir regras sociais e se adaptar ao novo ambiente. Esse comportamento é logo confundido com falta de educação e limite. E por falta de conhecimento, alguns profissionais da educação não sabem reconhecer e identificar as características de um autista, principalmente os de alto funcionamento, com grau baixo de comprometimento. Os profissionais da educação não são preparados para lidar com crianças autistas e a escassez de bibliografias apropriadas dificulta o acesso à informação na área. (Santos, 2008, p. 9).

3. O impacto da prática docente no desenvolvimento de alunos com TEA

De acordo a Constituição Federal de 1988, no artigo 205 “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada, com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil 1988), no artigo 208 “Atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.” (Brasil, 1988).

Desse modo, por lei as crianças com deficiência têm direito de frequentar o ensino regular, sendo ensinados e preparados para viver na sociedade, assim como as outras crianças, assim sendo o professor desempenha um papel fundamental nesse processo e deve estar preparado. “[...] Mais urgente que a especialização, é a capacitação de todos os educadores”. (Carvalho, 1998 apud Fonseca, 2014, p. 99). Fonseca (2014), explora que “é de fundamental relevância a preparação de todos os agentes educacionais especializados e dos professores do ensino regular para o oferecimento de um atendimento coerente com as necessidades apresentadas.”

[...] O melhor caminho para o atendimento e a inclusão de crianças com deficiência, neste caso, o aluno autista, é a formação do professor em serviço, haja vista a complexidade da síndrome. Concluimos ainda que, o trabalho em equipe e o reconhecimento dos papéis e das funções dos professores, coordenadores e diretor, são fundamentais para que o trabalho aconteça. Por fim, mostramos a grande necessidade e relevância do profissional especializado dentro do contexto escolar, de modo que, assegure ao professor e a escola como um todo, informações pertinentes a cada área de atuação. (Caetano, 2012, p. 7).

De acordo a Lei nº 9.394/1996 em seu artigo 59:

Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

III – professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns.

O professor é o principal a gente na inclusão, seu papel é mediar esse processo, facilitar a integração dos alunos no ambiente escolar. Ter uma boa formação influencia nas suas habilidades, sensibilidade para superar barreiras, criar práticas pedagógicas que possam ajudar a garantir uma educação inclusiva. O profissional especializado é capaz de orientar e planejar intervenções que possam ser realizadas com os alunos.

O mediador não é apenas um profissional que acompanha e sim um especialista que direcionará a pessoa mediada às questões propostas e suas necessidades, fazendo uma análise do trabalho a ser executado, as possibilidades de execução e o desenvolvimento das etapas para se alcançarem os objetivos estabelecidos. (FREITAS, 2015, p. 35).

As estratégias e metodologias adotadas pelos docentes influenciam no desenvolvimento e participação dos alunos no ambiente escolar, ter uma prática docente que seja inclusiva baseada na empatia, na diversificação de abordagens pedagógicas e na valorização das singularidades dos alunos, atribuindo assim para um espaço mais acolhedor e

equitativo. Outrossim, o impacto da prática pedagógica contribui na socialização e na autonomia dos estudantes, contribuindo com que superem desafios e consigam alcançar seu potencial. Entretanto, a ausência desta prática pode gerar exclusão e dificuldade na aprendizagem.

É importante oferecer uma formação adequada, possibilitando a constante atualização e aprimoramento dos professores, garantindo a qualidade da educação e o sucesso dos alunos. A aprendizagem deve ser vista como contínua e acumulativa para que os professores se mantenham atualizados e qualificados (Moreira, 2023, p.10.).

Nos sistemas e redes de ensino além da formação inicial, existe cursos de formação continuada processo na qual complementa de forma positiva na formação inicial, são desenvolvidos de acordo a prática docente, proporcionando que procurem melhorias e acompanhem os avanços que ocorrem nos métodos de ensino, capacitando estes para uma melhor prática docente, contribuindo no processo de ensino aprendizagem. Este processo de formação continuada abrange a melhoria constante de conhecimentos, habilidades, atitudes e competências docentes, possibilitando também a reflexão da sua prática docente, facilitando o enfrentamento nos desafios encontrados durante a prática pedagógica.

A aplicação dos saberes pelos profissionais está direcionada a solucionar as diversas situações advindas da prática de forma a ser aplicada dentro da área educacional de ensino revalidando a complexidade de forma deliberadora a ação pedagógica. Assim, é preciso destacar a relevância da formação inicial e formação continuada para o processo de inicialização da profissão na decorrência da profissionalização e do profissionalismo, uma vez que tanto a formação inicial como a formação continuada vem a contribuir em muitos aspectos positivos, inclusive com a intenção que haja novos conhecimentos, as novas possibilidades e as reflexões constantes a respeito do trabalho que está sendo desenvolvido em busca da melhoria do processo de ensino aprendizagem. (Gadelha, 2020, p.21.).

Em 2023 o Conselho Nacional de Educação elaborou e publicou o Parecer n. 50/CNE/2023, documento com o objetivo de orientar no atendimento de estudantes com TEA, esse documento também aborda a importância da inclusão e formação de professores para a garantia dos direitos dos estudantes com transtorno do Espectro Autista em contextos escolares.

É fundamental que, além de Licenciado Pleno na sua área de atuação, possa buscar formação continuada na área da inclusão e/ou Transtorno do Espectro Autista, que tenha conhecimento sobre o Transtorno do espectro autista e suas características, o que inclui dificuldades de comunicação, interação social, comportamento e aprendizagem que podem estar presentes em alunos com Transtorno do Espectro Autista. (Parecer 50, 2023, p. 47).

Segundo o parecer 50/CNE/2023 aborda como deve acontecer a formação do profissional, ao qual trata a Lei nº 13.146/2015:

O processo de formação é continuada e deve ser provido pelas instituições e/ou de iniciativa do próprio Acompanhante especializado, somando um mínimo de 80h anuais de atualização, em aprofundamento nos temas descritos na formação inicial. Ademais, o Acompanhante Especializado também deve seguir recebendo formação em serviço por parte do Professor de educação especial, a respeito das estratégias de ensino específicas a serem desenvolvidas com o aluno com Transtorno do espectro autista. (Parecer 50, 2023, pág. 56).

A prática docente exerce um papel determinante no desenvolvimento e inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente escolar. A legislação brasileira assegura o direito à educação inclusiva e destaca a importância da formação adequada dos profissionais da educação para garantir esse direito. A atuação do professor, quando pautada em formação contínua, empatia, estratégias diversificadas e colaboração com profissionais especializados, contribui significativamente para a socialização, autonomia e aprendizado dos alunos com TEA.

A formação inicial e continuada torna-se, portanto, indispensável para que os docentes estejam aptos a enfrentar os desafios da prática pedagógica e a promover uma educação de qualidade, equitativa e inclusiva. Cabe às instituições de ensino, aos gestores escolares e ao próprio educador a responsabilidade de buscar constantemente a melhoria de suas práticas, de modo a construir um ambiente escolar mais acolhedor, respeitoso e preparado para atender às necessidades de todos os estudantes, especialmente os que apresentam o Transtorno do Espectro Autista.

Considerações Finais

Diante do contexto escolar a presença de um profissional capacitado desempenha um papel importante no processo de inclusão de alunos com Transtorno do Espectro Autista, logo estes necessitam de auxílio, orientações para desenvolver algumas atividades e compreensão. O ambiente deve estar adaptado para receber e conseguir atender as demandas e suas necessidades, proporcionando assim o seu desenvolvimento. É necessário que além da formação inicial os professores procurem a formação continuada, para aprimorar os seus conhecimentos e adquirir subsídios teóricos e práticos para compreender as especificidades presentes em um aluno com TEA.

A implementação de práticas pedagógicas inclusivas, o uso de estratégias apropriadas, suporte adequado, o uso de recursos, auxiliares especializados, mediação de interações sociais contribui de forma positiva para a construção de um espaço escolar, mas inclusivo, equitativo e eficaz. Outrossim, é preciso que tenha uma formação sensível às questões de inclusão, adquirindo uma postura ética, empática, além de comprometida com o direito de todos a ter uma educação de qualidade.

Na presente pesquisa foram destacados alguns desafios enfrentados pelos professores no processo de inclusão. A falta de formação adequada, a estrutura física e o ambiente escolar, falta de comunicação entre a família e a escola, falta de apoio especializado. Dessa forma, se faz necessário investir na formação dos professores, espaços adequados, acessíveis e adaptados, promover dialogo constante e colaborativo entre educandos e responsáveis e por fim atuação de equipes multidisciplinares, adaptação do currículo, uso de tecnologias assistivas.

Conclui-se que investir na formação de professores é investir na efetivação as inclusões, através do preparo adequado do corpo docente garante possíveis transformações no ambiente escolar, contribuído para a permanência dos alunos com TEA e o seu desenvolvimento no ensino regular. Ao garantir que os alunos tenham a oportunidade de desenvolver seu potencial, a educação se torna mais justa e igualitária.

Referências

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 21 de fevereiro de 2025.

BRASIL, **Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012**. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. Brasília, 2012.

BRASIL, **DECRETO Nº 8.368, DE 2 DE DEZEMBRO DE 2014**. Regulamenta a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, Brasília, 2014.

BRASIL, **Lei Nº 13.977/2020 - Lei Romeo Mion**. Altera a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 (Lei Berenice Piana), e a Lei nº 9.265, de 12 de fevereiro de 1996, para instituir a

Carteira de Identificação da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Ciptea), e dá outras providências, Brasília, 2020.

BORGO, Allana Júlia Martins. **A inclusão escolar de alunos com Transtorno do Espectro Autista**: análise de produções da Revista “Educação Especial” (2010-2020). 2023. 36 f.

Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura em Pedagogia) - Universidade Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2023.

CAETANO, Natacy M. O. Avaliação de um programa de formação em serviço para professores na área de inclusão e autismo na escola comum. 2012. 145 f. Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Educação da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Dourados, 2012.

CARVALHO, R. E et al. **Salto para o futuro**. Educação especial: Tendências Atuais. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação à distância. Brasil em ação, 1999.

CAVACO, N. **Minha criança é diferente?** Diagnóstico, prevenção e estratégia de intervenção e inclusão das crianças autistas e com necessidades educacionais especiais. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2014.

COSTA, Fihama Brenda Lucena da. **O processo de inclusão do aluno autista na escola regular**: análise sobre as práticas pedagógicas. Coicó-RN: UFRN, 2017.

CRUZ, Gustavo Almeida de Arruda. Direito à Saúde das Crianças Autistas. Faculdade Serra do Carmo. 2022. Disponível em:

<https://conteudojuridico.com.br/openpdf/phpb4q8Ix.pdf/consult/phpb4q8Ix.pdf>. Acesso em: 16 de dez de 2024.

CUNHA, Eugênio. **Autismo e Inclusão**: Psicopedagogia práticas educativas na escola e na família. 7. ed. Rio de Janeiro: Wak, 2017.

CUNHA, E. **Autismo e inclusão**: psicopedagogia e práticas educativas na escola e na família. 4º ed. Rio de Janeiro: Wak, 2012.

FONSECA, Vitor da. **Dificuldades de aprendizagem**: abordagem neuropsicológica e psicopedagógico ao insucesso escolar. Lisboa: Ed. Âncora, 2015.

FONSECA, B. **Mediação escolar e autismo**: a prática pedagógica intermediada na sala de aula. RJ: Wak Editora, 2014.

FREITAS, E. **Mediador escolar**: recriando a arte de ensinar. Rio de Janeiro/RJ: Wak Editora, 2015.

GADELHA, Rayane, MARCELINO. A formação inicial e continuada de professores. In: GONÇALVES, Maria Célia da Silva; JESUS, Bruna Guzman de Educação Contemporânea: Formação Docente e Tecnologia, v.6, p.23-30, 2020.

GÓMEZ, A. M. S. & TERÁN, N. E. **Transtornos de aprendizagem e autismo**. São Paulo: Ed. Grupo Cultural, 2014.

GOMES, Camila Graciella Santos. **Ensino de leitura para pessoas com autismo**- 1. ed- Curitiba: Appris, 2015.

LEIVAS, P. S. L. Percepção dos professores de educação física sobre a inclusão de crianças e jovens com transtorno do espectro autista (TEA) no ambiente escolar. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020. Disponível em:

https://guaiaca.ufpel.edu.br/bitstream/handle/prefix/7811/Dissert___PAULO_SAYAO_LOBATO_LEIVAS.pdf?sequence=1

LIMA, Nadia Alves; DAVID, Priscila Barros; MENDES, Débora Lucia Lima Leite. Políticas públicas voltadas a inclusão educacional de alunos com autismo. **Revista Educar Mais**, v. 8, p. 52-68, 2024.

MOREIRA, Andreia Aparecida Silva. COUTINHO, Diógenes José Gusmão. Formação inicial de professores e sua relação com a formação continuada: O papel da atualização constante na prática educativa. *Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento*. Ano. 08, Ed. 09, Vol. 02, pp. 31-44. Setembro de 2023. ISSN: 2448-0959. Disponível: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/atualizacao-constante>

NASCIMENTO, T. T. C. A inclusão de uma criança com TEA na rede privada de ensino: um estudo de caso sobre a parceria escola família. 2017. 66 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa/PB, 2017

OLIVEIRA, Francisco Lindoval. **Autismo e inclusão escolar**: os desafios da inclusão do aluno autista. *Revista Educação Pública*, v. 20, nº 34, 8 de setembro de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/34/joseph-autismo-e-inclusao-escolar-os-desafios-da-inclusao-do-aluno-autista>

PAMPLONA, Anne Danielle; VILLATORE, Marco Antônio César; TERRA, Claudine Aparecido; FERRAZ, Miriam Olivia Knopik. **Direitos Fundamentais, Garantias Constitucionais e Políticas Públicas de Educação**: Classes Hospitalares como Políticas Públicas de Inclusão. *F.D.V Publicações. R. Dir. Gar. Fund.*, Vitória, v. 21, n. 1, p. 107-138, jan./abr. 2020. Disponível em: <https://sisbib.emnuvens.com.br/direitosegarantias/article/view/1383/545>.

PARECER CNE/CP Nº: 50/2023, APROVADO EM: 5/12/2023- ASSUNTO: Orientações Específicas para o Público da Educação Especial: Atendimento de Estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA). COMISSÃO: Amábilé Aparecida Pacios (Presidente), Suely Melo de Castro Menezes (Relatora), Fernando Cesar Capovilla, Ilona Maria Lustosa Becskahazy Ferrão de Sousa, José Barroso Filho e Tiago Tondinelli (membros).

SANTOS, Ana Maria Tarcitano. **Autismo**: um desafio na alfabetização e no convívio escolar. São Paulo: CRDA, 2008.

SOUZA, A.S; OLIVEIRA, G.S; ALVES, L.H. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. *Cadernos da Fucamp*, Campinas, v.20, n.43, p.64- 83/2021. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336/1441>.